

92
29-31/10/99 A-F
Q8

Burocracia prejudica projetos ambientais

Mauro Zanatta e Ismar Cardona
de Brasília

O Congresso Nacional guarda um bom exemplo de como a burocracia vem atrapalhando a execução do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Durante oito meses repousou em uma das comissões do Câmara um projeto de reforço no valor de 15 milhões de marcos para desenvolver ações complementares dos PDA (Projetos Demonstrativos Tipo A). Com esse dinheiro seriam financiadas atividades de desenvolvimento sustentado nas áreas de turismo, extrativismo, artesanato, reflorestamento, manejo florestal, pesca e sistemas agroflorestais. Só na semana passada o projeto conseguiu ir ao plenário da Câmara. Agora, se não houver novas protelações, o

Projeto de Decreto Legislativo nº 236 deve ser apreciado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O caso, bem lembrado por um dos participantes

estrangeiros da reunião de revisão do PPG7 — que termina hoje, em Brasília —, ilustra as dificuldades de acesso ao dinheiro doado ao Brasil pelo Grupo dos Sete países mais ricos do mundo (G-7).

Exemplos desse tipo não faltam para amarrar o andamento do programa, dizem as organizações não-governamentais (ONGs). No caso do projeto Corredores Ecológicos, onde são criadas novas unidades de conservação e propostas medidas para proteção de áreas destes entornos, a burocracia é tanta que apenas dois dos cinco projetos saíram do papel. O corredor da Amazônia, por exemplo, que abrange Amazonas e Roraima, tem o tamanho da Inglaterra, e o da Mata Atlântica, se estende numa grande faixa que vai da Bahia ao Espírito Santo. O corredor que vai de Salvador à Vitória é apontado como uma amostra das contradições da política governamental. Ao mesmo tempo em que busca proteger da devastação grandes áreas, o governo não impede que o Incra faça assentamentos na Bahia

em áreas cobertas por florestas nativas de jacarandá.

Fontes ligadas aos países doadores apontam como entraves que dificultam a execução do PPG7 a falta de bons projetos e a descontinuidade administrativa brasileira ligada ao meio ambiente. Some-se a isso as rígidas regras impostas pelos países doadores e praticadas pelo Banco Mundial, que administra os recursos. "A sobreposição das burocracias tem sido mortal para o PPG7", diz Roberto Smeraldi, coordenador da Amigos da Terra.

A proposta apresentada pela secretária da Amazônia, Mary Allegratti, de passar ao Brasil a liderança das ações do programa, foi a questão que mais dividiu as opiniões dos participantes nacionais e estrangeiros.

O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que reúne cerca de 400 ONGs que atuam na região, apóia a proposta, mas disse que ela traz embutida

Governo não impede que o Incra faça assentamentos na Bahia em áreas cobertas por florestas nativas de jacarandá

uma grave contradição: o governo quer assumir a liderança do programa mas não atende as demandas ambientais da Amazônia. Um exemplo é o caso de Tucuruí, onde os recursos do PPG7 foram usados para paralisar projetos feitos pelo próprio Ministério do Meio Ambiente na gestão anterior.

Segundo nota oficial distribuída pelo GTA e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o governo, antes de pleitear a liderança, deveria garantir e ampliar investimentos oficiais em alternativas econômicas e em incentivos à projetos sustentáveis das populações tradicionais. "O governo não possui sequer recursos orçamentários para cumprir os compromissos que assume", diz Iza dos Santos, secretária-geral do GTA.

O GTA e o CNS ameaçam abandonar os projetos do PPG7 caso o governo não supere as limitações impostas pela burocracia e pela escassez de recursos. Segundo as duas ONGs, o governo não pode abrir mão de um plano de desenvolvimento econômico sustentado autônomo.